



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682574 - SC (2021/0233734-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : ADEMIR LUIZ SIMIONI
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ADEMIR LUIZ SIMIONI em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação Criminal n. 0900024-10.2017.8.24.0019/SC).

O paciente foi condenado às penas de 10 (dez) meses de detenção, substituída por uma restritiva de direitos, e pagamento de 16 (dezesesseis) dias-multa, pela prática do delito tipificado no art. 2º, inciso II, da Lei n. 8.137/1990, por 9 (nove) vezes, c/c artigo 71, *caput*, do Código Penal.

Interposta apelação, o recurso foi parcialmente provido apenas para reduzir a prestação pecuniária para 1 (um) salário mínimo.

A impetrante sustenta que seria hipótese de absolvição ante a atipicidade formal de sua conduta.

Afirma que "*a Suprema Corte, embora tenha afirmado a tipicidade penal da conduta de deixar de recolher o ICMS próprio cobrado do consumidor, reconheceu expressamente duas condições para a caracterização do crime: (a) a contumácia da inadimplência e (b) o dolo específico de apropriação.*" (e-STJ fl. 6).

Alega que a contumácia da inadimplência ou o dolo específico de apropriação não teriam sido comprovados no processo. Acrescentando que sequer teriam sido imputados formalmente na denúncia, a qual apenas descreveria uma inadimplência fiscal durante os meses de fevereiro, março, abril, junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 2014.

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos da condenação, até julgamento final do *writ*.

No mérito, pugna pela concessão da ordem para declarar a ilegalidade do acórdão impugnado, para o fim de absolver o paciente, em virtude da atipicidade formal da conduta de deixar de recolher ICMS próprio, por ausência de provas da "contumácia" e do "dolo de apropriação".

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, pois o relator, na origem, consignou que:

[...] Pois bem, o julgamento do RHC 163.344/SC pelo Supremo Tribunal Federal delimitou o tema acerca da classificação de devedor contumaz. Trouxe em seu bojo que o dolo de apropriação do infrator deve estar apurada a partir de circunstâncias objetivas factuais, aptas a determinar a intenção do agente em cometer o crime contra a ordem tributária.

Assim, dentre outros requisitos acima elencados, trouxe que, aquele que possui um inadimplemento prolongado sem tentativa de regularização dos débitos tributários e a existência de débitos inscritos em dívida ativa em valor superior ao capital social integralizado, incide na figura de devedor contumaz.

In casu, compreende-se configurada a contumácia na sonegação de tributos nos meses de fevereiro até novembro de 2014, cujo valor alcançou R\$ 33.647,01 (trinta e três mil, seiscentos e quarenta e sete reais e um centavo).

Entrementes, observo ausência de tentativa em querer sanar os débitos com o fisco, seja administrativamente ou mesmo após o curso do processo.

Assim, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência